

EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA\*

Os governadores que estarão reunidos hoje com o presidente Fernando Henrique demonstram, acima de tudo, espírito público e real interesse em encontrar soluções conjuntas para o desequilíbrio fiscal que os desafia. É justo que se discuta e negocie com o governo federal, até porque as populações da maioria dos estados brasileiros não podem nem devem pagar pelos erros e desacertos de administrações passadas. É elogiável, por tudo isso, a postura democrática dos governadores que participam da reunião de hoje, bem como a abertura para o diálogo assumida pelo governo federal. É necessário apenas que todos os que participarão desse importante encontro estejam determinados a não permitir que conquistas já consolidadas sejam abandonadas em nome do interesse mais imediato. A hora é de avanços, não de retrocessos. É por isso que certas propostas e ações merecem desde já todo o apoio; da mesma forma, há temas que não deveriam sequer ser trazidos à luz para discussão.

Já se tornou lugar-comum afirmar que é nos momentos de crise que se tem maiores oportunidades de identificar grandes líderes ou administradores. E o fato é que, agora mesmo, quando dificuldades de toda ordem parecem ter escolhido um único momento par vir à tona, há governadores que vêm contribuindo para reforçar esse mito. Em vez de falar, eles têm trabalhado muito – e em silêncio.

No Espírito Santo, por exemplo, o governador José Inácio Ferreira deu início, já em seu primeiro mês de gestão, a um ajuste rigoroso e que proporcionará economia de 40% nos gastos com pessoal. Para que se tenha idéia, a folha de pagamento consome 95% da receita daquele estado. Isso quando a Lei Camata estabelece o limite de 60%. Dentre as medidas adotadas, fixou-se um teto salarial para os servidores, foram extintos 30% dos cargos comissionados, reduziu-se em 30% a jornada de trabalho, bloquearam-se 20% das remunerações e decidiu-se pela dispensa de mais de 20 mil funcionários temporários.

Assim como o governo do Espírito Santo, Pernambuco também sabe que as dificuldades que o país enfrenta não admitem hesitações. A reforma que o governador Jarbas Vasconcelos vem implementando é digna de nota. Criou-se um fundo previdenciário que contribuirá para reduzir de 70% para 60% os gastos com a folha de pessoal. Foram extintos 2 mil cargos de confiança. O número de secretarias caiu de 22 para 17. Todos os concursos públicos estão suspensos por um ano. A privatização, concessão ou gestão terceirizada de serviços públicos estará sendo colocada em prática em 15 órgãos públicos.

O mais importante é que as boas iniciativas não são exclusividade de governos alinhados ideológica ou partidariamente com o governo federal. No Rio de Janeiro, o governador Anthony Garotinho vem revelando a mesma capacidade de formular diagnósticos e buscar soluções para desequilíbrios fiscais. O fundo previdenciário a ser criado permitirá grande economia aos cofres estaduais, tendo em vista que aposentadorias e pensões respondem atualmente por 50% da folha de pessoal. O novo governo também acabou com a incorporação de benefícios aos salários, fixou um teto salarial para o funcionalismo e tem sido rigoroso com os cerca de 200 devedores do estado, cuja dívida total remonta a R\$ 9 bilhões.

Como se vê, algumas das medidas adotadas são comuns aos diversos governos. Foram citados apenas três exemplos, mas a verdade é que muitos governadores vêm revelando a compreensão da missão que lhes foi conferida pela população. Ficou claro nas últimas eleições que administradores austeros, fiéis ao compromisso de zelar pelo patrimônio e pelas finanças públicas, foram premiados. Foi o caso, entre outros, de Mário Covas em São Paulo, de Tasso Jereissati no Ceará, de Jaime Lerner no Paraná e de Roseana Sarney no Maranhão. Os bons administradores de hoje serão também os eleitos de amanhã.

É também elogiável a compreensão pelos governadores citados de que é necessário avançar, e não retroceder. Uma proposta como a da eliminação da

Lei Kandir, por exemplo, é das mais infelizes. Não há país no mundo que taxe exportações. Só no Brasil isso acontecia. É um equívoco pensar que a revogação da Lei Kandir trará mais arrecadação. Pelo contrário, é pelo aumento do volume de exportações – impossível num cenário de taxaço – que se pode fazer crescer a economia, estimular a produção, gerar riqueza e, como decorrência, ampliar a base de arrecadação. Como bem destacou o ministro Celso Lafer em artigo recente, a Lei Kandir teve como grande mérito colocar os produtos brasileiros em pé de igualdade com seus concorrentes a partir da desoneração das exportações. É essa isonomia competitiva que não pode ser agora colocada em xeque.

O grande esforço dos administradores tem de estar orientado para um amplo reordenamento das finanças públicas. Fala-se muito em pacto federativo. O que o Brasil precisa hoje é de um novo pacto fiscal. Esse sim, tem de contar com a colaboração de cada esfera de governo e com todos os níveis da administração pública, sejam municipais, estaduais ou federal. O resto é demagogia, é manobra diversionista e incapacidade de encontrar saídas para o desequilíbrio fiscal. O que se necessita é de uma ampla repactuação fiscal e tributária no país (que não deixa de envolver o governo central), não de uma repactuação de dívidas. Até porque os estados comprometem, em média, apenas 13% da receita com o pagamento da dívida, contra 80% de comprometimento com a folha de pagamento.

O momento é, por tudo isso, de chamar a atenção para os que vêm trabalhando com seriedade, para os que arregaçam suas mangas e fazem jus ao mandato que receberam. É para esses administradores que a mídia deve lançar agora suas luzes. É graças a eles que um novo pacto fiscal se tornará possível no Brasil. A reunião de hoje com o presidente Fernando Henrique tem tudo para constituir o marco zero deste novo país.

\*Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro